

ISSN 0104-7183

1 ANO 1
NÚMERO 1
1995
REVISTA
TEMÁTICA
SEMESTRAL

Horizontes Antropológicos

GÊNERO

NÚMERO ORGANIZADO
POR CLÁUDIA FONSECA
E MARIA NOEMI BRITO

PUBLICAÇÃO DO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

1995

Porto Alegre, RS - Brasil

UFRGS
Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanas

- MOURA, M.M. *Os herdeiros da terra*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- NUNES, M.J.R. Prática político-religiosa das Congregações no Brasil: uma abordagem histórico-social in Azzi, R. & Beozzo, J.O. (org.) *Os religiosos no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- PIAZZA, W. *A igreja em Santa Catarina - notas para sua história*. Florianópolis: Editora da Suria Metropolitana, 1982.
- RIAL, C.S. *Mar de dentro: o espaço social na Lagoa da Conceição*. Porto Alegre, 1988. Dissert.(mestr.) Antropologia Social/UFRGS.
- SEYFERTH, G. "Os colonos operários", IN Leite Lopes (org.) *Cultura & identidade operária*. Rio de Janeiro: UFRJ-PROED, 1985.
- SCHWADE, Elisete - *A luta não faz parte da vida: é a vida*. Florianópolis, 1993. Dissert. (mestr.) Antropologia Social/UFSC.
- SOEIRO, S. "O convento das ursulinas na Bahia". *Revista Geográfica da Bahia*, s/r.
- TAGLIVIANI, J.V. "A reprodução social do clero: a origem socio-cultural do clero e suas instâncias socializadora - os seminários" ANPOCS, Campos do Jordão, 1986.
- TOMELIN, V. *Pedagogia do silêncio: o tamanho do medo*. Campinas: Ed. Papyrus, Blumenau/Editora da FURB, 1986.
- WOORTMANN, Ellen - "Relações matrimoniais, família e patrimônio: uma análise preliminar do parentesco em um grupo camponês de descendência alemã no Rio Grande do Sul". In: *SEMINÁRIO MULHER RURAL: identidades na pesquisa e na luta política*. Anais. Rio de Janeiro: Publipu, 1988.
- WOORTMAN, E. "Parentesco e reprodução camponesa". *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS/Cortez Editora, 1985.
- WOORTMANN, E. "Keim e parentesco: reflexões sobre uma categoria cultural de colonos teuto-brasileiros". *Revista Brasileira de Estudos de População*, ABEP, São Paulo, v. 5 n.1, jan/jun 1988.
- WOORTMANN, E. & WOORTMANN, K. "Amor e celibato no universo camponês". Caxambú: ANPOCS, 1989.
- WOORTMANN, K. "Com parente não se negueia" - O Camponato como ordem moral", *Anuário Antropológico 1987*. Brasília: Editora UnB, 1990.

Mulheres na política: como e porque¹

Maria Noemi Castilhos Brito
Professora de Antropologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O trabalho procura pensar a questão da participação feminina em diversos movimentos sociopolíticos a partir de suas próprias vivências pessoais, colocando a perspectiva do indivíduo e a subjetividade como fatores importantes para o entendimento da constituição das mulheres como sujeitos políticos em processos sociais, no contexto específico do Brasil, no final da década de 70 e início da de 80.

This article proposes to reflect on the question of female participation in diverse social and political movements taking place in Brazil at the end of the 70's and beginning of the 80's. Taking women's personal experiences as a starting point, we consider the individual's perspective and subjectivity as important factors for the understanding and the constitution of women as political subjects in social processes.

Introdução

A noção de participação política, bem como a de ator social, não é fixa, imutável. São conceitos definidos historicamente através das mudanças do pensamento social e político. Atualmente estas noções são vistas de uma forma mais abrangente, procurando atingir dimensões não-convencionais afastadas dos estudos da sociologia e da ciência política.

No caso da participação política se destaca a sua "multidimensionalidade" que inclui atividades convencionais e não convencionais, definidas politicamente de maneira ampliada (Baquero, 1981:30). No caso dos atores sociais, se discute a visão homogeneizadora, abrangente e finalista de concepções determinísticas que predominaram nas ciências sociais, chegando hoje a uma proposta mais aberta onde o reconhecimento se dá pelas práticas desenvolvidas a partir de orientações culturais manifestadas em conflitos e movimentos sociais.

¹ Trabalho apresentado na X Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Grupo de Trabalho Mulher e Política, Campos do Jordão, 1986.

Também os movimentos sociais se constituem em noção de difícil delimitação, em que freqüentemente encontramos a idéia abrangente onde tudo cabe, desde que envolva uma atividade coletiva de contestação. Touraine (1984:142) emprega a expressão movimento social para ações conflituosas que procuram transformar os produtos da dominação social que se exercem sobre os principais recursos culturais - a produção, o conhecimento, as regras étnicas, e, para ele, o ator social não pode mais falar em nome da História mas somente no seu próprio, como sujeito determinado.

Nesta concepção, a vida social é comandada por aqueles que lutam e negociam para dar uma certa forma social às orientações culturais que eles valorizam. O trabalho da sociologia é dar voz à presença do ator e fazer entender sua palavra que coloca suas emoções e razões, que não são reconhecidas pelo pensamento sociológico tradicional.

Certamente em relação à presença das mulheres como atores sociais, este procedimento não tem sido seguido por uma grande parte dos autores que se dedicam ao estudo destes movimentos. As mulheres, elemento majoritário nas mais diversas situações de reivindicação e protesto, são englobadas como um todo entendido como classes populares, muitas vezes sequer merecendo referência.

Existem exceções, certamente (Evers, 1982; Cardoso, 1983; Singer, 1982). Mas a qualificação por gênero tem ficado restrita ao âmbito dos trabalhos de origem feminista. Mesmo nestes, entretanto, os registros da participação feminina em diversos movimentos enfatizam prioritariamente seus aspectos mais visíveis como as reivindicações, o modo de agir, procurando também, em alguns casos, colocar o grau de conscientização política alcançado pelas mulheres.

São raros os autores que se preocupam em estudar uma questão mais particular, porém fundamental, que seria, além da caracterização destas mulheres participantes dos movimentos, tentar entender a sua própria visão da participação. Ou seja, pensar não só sobre elas, mas, o que é muito importante, com elas, como quer Geertz (1978:33) ao referir a qualidade do trabalho antropológico.

Esta preocupação com a vivência das mulheres nos movimentos sociais aparece no trabalho "Mujeres, cotidianidad y política" de Teresa Caldeira (1987), que procura as especificidades femininas expressas em suas concepções e valores, através do exame do contexto cultural da ação política. Coloca, desta forma, uma importante contribuição ao estudo do tema mulheres e participação política, enfrentando a necessária questão da subjetividade.

É preciso ter presente que os movimentos sociais não são constituídos por categorias imprecisas, movidas por fins pré-determinados, em um processo crescente de combate ao Estado. São pessoas que se mobilizam, como parte de um grupo, de um setor, não como uma totalidade, a partir de concepções próprias, específicas, que é preciso examinar.

Autores críticos da concepção marxista, globalizante, como A. Downs (1957), Mancur Olson (1965) e Adam Pzeworski (1985), representantes da chamada "teoria da ação racional"², tem se preocupado em explicar a ação coletiva através da

² Ver aspectos do debate em Wacquant, Loic. J.D. e Calhoun Craig Jackson - Interesse, Racionalidade e Cultura. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* n.15, ano 65, fev.1991, p.76 a 100.

perspectiva dos indivíduos que nela atuam. Os dois primeiros buscam recuperar a racionalidade no processo de participação política, pensando as individualidades, sem atribuições de maior ou menor consciência ou alienação. A participação seria o resultado da mensuração racional entre custos e benefícios para os indivíduos. Ou seja, as ações coletivas visam um benefício que atinge as pessoas de forma diferenciada. Para participar ou não existe uma amplitude de razões. Lidar com a motivação individual fornece elementos explicativos interessantes, sem empregar critérios de julgamento valorativos.

Pzeworski critica o marxismo justamente na falta de atenção aos microfundamentos da ação política que seriam os indivíduos e por não poder atender ao desafio de explicar a ação. O chamado individualismo metodológico teria sua força no recorte que faz da realidade, através da tematização do indivíduo para chegar a explicações. Assim, o entendimento da história passaria pelos indivíduos interagindo, com seus sistemas de preferência influenciando, sem as determinações dos processos sociais que o marxismo prega.

Outro autor, Albert Hirschman (1983:86), em seu trabalho, *De consumidor a cidadão. Atividade privada e participação na vida pública*, critica a análise de Olson e também "boa parte da teoria da decisão econômica" pela ausência de uma perspectiva histórica nesta abordagem. Preocupado também com a participação coletiva, mais especificamente nas oscilações no eixo público-privado, procura "destacar uma fenomenologia de engajamentos e decepções cujo propósito é explicar as oscilações entre interesses particulares e ação pública e vice-versa" (p.12). Com este objetivo, busca explicações para um ou outro tipo de comportamento em fatores endógenos³, embora refira a importância dos exógenos⁴ e assim vai:

"corrigir a propensão ao exógeno em estudos anteriores, bem como realçar o papel das avaliações críticas das pessoas de suas próprias experiências e escolhas como importantes determinantes de novas e diferentes preferências" (Hirschman,1983:10/11).

As idéias destes autores me levaram à questão da participação das mulheres em diversos movimentos e como se poderia pensá-la a partir de referências indicadas por eles. Esta seria a proposta básica deste trabalho, considerando os estudos já realizados sobre o tema. Mesmo nos trabalhos onde as mulheres são destacadas e, afinal, aparecem como participantes, o enfoque dado não particulariza, não entra em detalhes sobre a visão destas, sobre suas razões em participar ou mesmo em não se envolver.

Como, de uma certa forma, essa foi uma das minhas preocupações na dissertação de mestrado *Sindicato no feminino: uma luta de formiga* que tratou da presença das mulheres no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Porto Alegre (STIVPA), optei por utilizar o material de que dispunha, repensando o tema da participação a partir das sugestões levantadas pelas leituras e discussões no curso

³ "... a participação da percepção, autopercepção e interpretação humana no desenrolar dos eventos..." (Hirschman, 1983:10/11).

⁴ "... influências e forças externas que atraem as pessoas para esse ou aquele tipo de comportamento..." (Hirschman, 1983: 9).

Participação Sociopolítica em Contexto Urbano, ministrado pela professora Ruth Cardoso, na Universidade de São Paulo, em 1986. Outro trabalho com material informativo adequado ao meu interesse é o de Teresa Caldeira, já referido anteriormente, que trata de discutir "los diferentes modos de participación de las mujeres en las asociaciones locales y en acciones reivindicativas, recuperando el sentido de la experiencia vivida en la cotidianidad de esos movimientos" (Caldeira, 1987:80).

Estes dois trabalhos forneceram as referências empíricas básicas para este exercício de estudo da participação sociopolítica das mulheres, no contexto do final da década de 70 e início da de 80 no Brasil.

A decepção como ponto de partida

Hirschman (1983:15) parte da idéia de que o conceito de decepção é muito importante para a compreensão dos atos de consumo, bem como dos atos de participação em questões públicas. Ambos são realizados porque se espera que gerem satisfação, mas também geram decepção e insatisfação. Uma característica do comportamento humano é que,

"... antes de efetivamente engajar-se em qualquer atividade, inclusive as de consumo, as pessoas elaboram um projeto neste sentido. Parte deste projeto são certas imagens mentais ou expectativas quanto à sua natureza e ao tipo e grau de satisfação que gerará. (...) Dai a possibilidade de decepção, ou talvez, seu oposto" (Hirschman, 1983:17).

Assim sendo, é importante considerar "as variedades de decepção com as alternantes buscas da felicidade individual e pública" (Hirschman, 1983:17). Após examinar o processo de decepção e hostilidade em relação ao consumo privado, o autor propõe a idéia de que há

"um deslocamento do consumidor-cidadão decepcionado e hostil no sentido da ação pública e uma nova concentração de energias em questões de interesse público" (Hirschman, 1983:68).

É colocada como uma "asserção plausível" a seguinte questão, interessante de ser considerada:

"Se importantes experiências de consumo privado que vinham sendo desejadas com especial ansiedade deixam um rastro de decepção e frustração e, se, ao mesmo tempo, se encontra disponível ao consumidor decepcionado um tipo totalmente diferente de "busca da felicidade", como a ação política, não é provável que o consumidor, em alguma ocasião favorável, abraça esta busca diferente?" (Hirschman, 1983:69).

Partindo destas colocações de Hirschman será possível estabelecer alguma relação com o comportamento de mulheres operárias, brasileiras, em uma situação

bastante diversa dos países de capitalismo avançado, base de sua reflexão? A idéia de que decepções geram mudanças na busca da felicidade me parece bastante válida a nível genérico e permite tentar uma aproximação a partir dos dados disponíveis.

Uma das principais questões colocadas na pesquisa realizada no STIVPA era investigar quem eram as mulheres participantes das mobilizações sindicais, como se tornaram ativistas, quais os caminhos percorridos na trajetória até o sindicato. As respostas passavam pelo conhecimento das histórias de vida de algumas destas operárias, militantes sindicais, que revelavam suas experiências. São relatos que mostraram caminhos diversos, mas sempre difíceis, com pontos comuns marcados pela pobreza, pela opressão diária na família, no casamento, no trabalho. As "decepções" seriam inúmeras, tão frequentes que não permitiriam pensar no deslocamento no sentido da ação pública. Mas há um momento marcante nestas experiências conhecidas: o ingresso na fábrica, visto como uma mudança na condição de vida, pois se deixa de ser doméstica, auxiliar de enfermagem, costureira domiciliar, dona de casa, ajudante de cozinha, ou mesmo estudante, passando a uma nova realidade.

O trabalho na indústria do vestuário aparece como uma necessidade econômica e é uma opção possível, pois, muitas já costumavam antes. Mas a entrada nas indústrias leva a uma situação diversa das experiências anteriores cuja comparação com o novo esquema de produção faz ressaltar as dificuldades encontradas, especialmente quanto às condições de trabalho e à falta de liberdade, referidas em vários depoimentos.

"Quando entrei para a firma, a gente tinha toda liberdade lá fora. Vivia em um mar de rosas. De repente, entrei na firma. Parecia que eu tinha entrado em um hospício, aquela barulheira, vim para este inferno" (Nelci, da diretoria do STIVPA).

Outra operária, Maria das Graças, delegada sindical, começou como Nelci, ingressando com 15 anos em uma firma de confecção, a partir de redes familiares:

"Parei de estudar porque não deu mais. Tinha que começar a trabalhar, senão não dava, a minha irmã sozinha... Fiz até o primeiro ginásio mas não deu mais. Para estudar de noite não dava, no serviço era muito forçado, não tinha condições. Eu trabalhava por peça, serviço de acolchoado, é pesado. Eu era pequena ainda, não alcançava nem na mesa. Eles serravam os pezinhos para eu poder trabalhar ali."

Também uma militante metalúrgica de São Paulo, Maria Mendes da Silva (1981:71-7-3), em depoimento publicado, coloca uma situação semelhante:

"Na minha terra não tinha patrão nem horário, ajudando a minha mãe na lavoura(...) Ainda me lembro bem daquele meu primeiro emprego como metalúrgica, em São Bernardo, porque foi a partir dali que comecei a entender os problemas da mulher, principalmente da operária. Em 1973, entrei na Ourotrax, depois de trabalhar um ano como doméstica. Entrei como ajudante e no início achei ruim e difícil, porque não estava acostumada a ser mandada e em fábrica tudo que se faz é controlado."

Através da perspectiva colocada por Hirschman pode-se perceber que a entrada na fábrica faz parte de um projeto de vida que visa o sustento financeiro e uma melhor

situação. Entretanto, nesta nova etapa, a dura realidade dos baixos salários, das más condições de trabalho, da prepotência das chefias e da arbitrariedade da "lei da firma" aparece como um choque, contrariando as expectativas criadas, gerando insatisfação. A decepção, apontada por Hirschman, pode, a meu ver, ser identificada neste momento. O que não quer dizer que esta frustração conduzirá necessariamente ao sindicato ou à ação política. Mas este pode ser o início.

As alternativas encontradas: o afastamento e a participação

Como Hirschman propõe, o consumidor decepcionado procura um tipo diferente de "busca da felicidade", e se está disponível na ação política porque não tentar? Também ressalta, e é muito importante, que esta é uma das alternativas possíveis, restando outras. Na sua análise aparecem as possibilidades de afastamento ou de manifestação dos consumidores.

É possível continuar com a relação sobre o envolvimento ou não de operárias no sindicato? Voltando ao exemplo de Nelci, usado como caso-síntese por apresentar pontos em comum com vários outros, seu relato coloca a consequência da frustração com o ingresso na fábrica.

"Não me dava bem com aquele clima. Ai comecei a tirar a ingênua. Comecei a ver o quanto as pessoas são cínicas, são ruins, mas só vi isto na firma, a exploração, tudo."

Também Maria Mendes da Silva (1981:73) tem uma reação próxima:

"Lembro que brigava muito com a encarregada da minha seção, pois ela estava sempre contra nós e do lado do patrão, se a gente demorava um pouco mais no banheiro, ou parava um minuto na linha, ela ameaçava demitir. Eu estranhei muito tudo aquilo, mas depois descobri que em todas as fábricas o esquema é o mesmo. Principalmente nas empresas onde a maioria é mulher".

Existem vários outros exemplos de casos semelhantes nas entrevistas realizadas, onde, além da descrição do mundo do trabalho, se expressa o inconformismo com as pressões vivenciadas no cotidiano fabril. Este é um ponto importante para compreender o processo de envolvimento das operárias na luta sindical. Nelci, no inferno da fábrica, começou a "tirar a ingênua", a perceber a exploração na firma. Ela, como outras, decepcionou-se com o novo trabalho pelas pressões patronais de humilhação e controle e procurou uma alternativa que lhe era oferecida: o sindicato.

"Comecei a me libertar, comecei a ver que não era bem assim. Comecei a frequentar o sindicato, com uma lá de dentro. Ela vinha ao dentista e me convidava. De noite tinha um cursinho aqui no sindicato, de português e matemática. Nós começamos a frequentar também, eu sempre queria estudar. Começaram as reuniões do Departamento de Lazer e nós fizemos parte. Tinha um concurso para rainha do sindicato. Particpei duas vezes, numa fiquei princesa. Mas era bom, para pobre, a gente

se contenta com qualquer coisa, desde que a gente não ficasse em casa. Para a casa não precisava fazer a janta, o serviço e outras coisas. Então, era melhor vir para cá, pelo menos uma coisa tu aprendia mais do que ficar todo dia com a boca fechada dentro da firma."

No caso da busca do sindicato como uma alternativa é preciso considerar os fatores internos, das próprias mulheres, e referir aos externos, da ação sindical e da conjuntura da época. No exemplo de Nelci, a ida ao sindicato oferece uma perspectiva de fugir à frustração do ambiente de trabalho não compensada pelo ambiente doméstico. Buscava até aprender mais, velha aspiração insolúvel.

No caminho percorrido pelas entrevistadas os passos básicos de ida e ingresso no sindicato são dados com colaboração de colegas já sócias que informavam das vantagens de se associar. A idéia predominante é de que:

"A gente devia participar porque era muito bom. A gente ficava por dentro das leis e resolvia certos problemas que a gente não sabia". (Noeli, delegada sindical)

Nos vários casos, desde a operária que participava há 27 anos até a que só tinha um ano como sócia, o sindicato era procurado em busca de esclarecimento, de informações sobre os "direitos" (geralmente a partir de problemas nas empresas), e mesmo conhecimentos fora do alcance de outra forma, como noções de português e matemática, além de representar uma possibilidade de lazer e distração.

Ao lado destes fatores endógenos, é fundamental a intervenção de fatores exógenos. Hirschman os coloca como importantes, mas não quer utilizá-los. Entretanto, é necessário ao menos uma referência com objetivo de explicitar por que o sindicato pode ser uma opção viável, em certos casos.

A presença do sindicato junto à categoria, diretamente nas firmas, vista como um "trabalho miúdo", é muito importante na arregimentação das trabalhadoras, bem como a atenção dada àquelas que buscam informações sobre irregularidades. O STIVPA tradicionalmente tinha uma política de defesa dos interesses dos trabalhadores e, a nova diretoria, eleita em 1975⁵, intensificou este trabalho, procurando mobilizar a categoria em torno de novas conquistas colocadas em convenção coletiva de trabalho, especialmente a luta pelo delegado sindical por fábrica. É justamente a partir de 1975 que ingressam no STIVPA a maioria das militantes entrevistadas e, no período de 1979 a 80, se registra o maior número de associações, segundo o livro de inscrição.

Além desta situação local, é preciso considerar também a situação nacional de gradativa oposição ao regime militar de 1964 e de crescente mobilização popular em várias frentes. Neste quadro mais amplo é que o sindicato aparece como uma opção possível, a partir de certas circunstâncias, no caso de uma categoria predominantemente feminina, em uma dada conjuntura.

Assim sendo, voltando aos casos particulares, observa-se que, nas trajetórias das militantes sindicais, é marcante a manifestação da inconformidade frente às

5 1975 Também é o momento de renovação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, com a ascensão do grupo de Luiz Inácio Lula da Silva, que marca a emergência de novas lideranças no movimento sindical brasileiro. E é também o Ano Internacional da Mulher, quando a questão feminina foi amplamente discutida através dos meios de comunicação.

irregularidades das empresas. Diz Maria Mendes da Silva (1981:74), referindo-se a um problema em seu primeiro emprego: "Não me conformei e procurei o sindicato."

O próprio cotidiano fabril, com pequenas questões que, entretanto, são práticas de exploração e humilhação, é contestado em atitudes de rejeição:

"A única coisa que eu não consegui, que eu lutei sempre lá, foi faxineira. Não tinha limpeza, eram as mulheres mesmo que varriam. Cada uma ia varrer o seu canto, dez minutos antes de apitar. Eu nunca varri". (Noeli, delegada sindical)

Esta revolta às pressões cotidianas pode assumir formas distintas, conforme as possibilidades colocadas a cada uma: algumas enfrentam e buscam o sindicato, muitas "aceitam" a situação expressando a rejeição de outras maneiras. Nas mulheres trabalhadoras, sem tempo para descansar, que dirá para viver, como Kergoat (1978) coloca, sempre repetindo a mesma rotina desgastante, aparecem muito frequentemente as enfermidades dos "nervos". Estas podem ser interpretadas a partir das condições sociais da dupla jornada, mas também podem ser vistas como uma saída possível para a opressão.

"Quando eu trabalhava na J..., que é a firma mais repressora, eu tinha problemas de nervos. Eu desmaiava dentro da empresa. Depois que eu sai de lá e comecei a participar do sindicato, eu nunca mais fui ao médico por causa dos nervos". (Carolina, dirigente sindical)

A análise das práticas das operárias com uma perspectiva diferente da habitual, procurando dar conta da articulação das relações sociais, mostra um outro sentido em diversas atitudes frequentes, vistas como individuais e desprezíveis, mas como são exercidas massivamente podem ser analisadas coletivamente. Esta observação é de Danielle Kergoat (1978:44) analisando o absentismo, o alcoolismo, o uso de tranquilizantes entre a classe operária francesa. Elizabeth Lobo (1983:13), com a mesma preocupação, mostra como:

"O casamento é, para o grupo de mulheres operárias, um recurso de resistência a uma situação de trabalho onde nem mesmo a perspectiva de melhoria se coloca e em que perdura cotidianamente a dificuldade em combinar duas jornadas de trabalho. (...) Assim o fato de que o casamento lhes apareça como a única saída para fugir à fábrica é também uma estratégia de recusa, individual, mas única, dada à divisão sexual do trabalho."

Estes seriam os procedimentos de "afastamento das fontes de insatisfação" que Hirschman (1983:70) coloca, onde "os indivíduos que tenham tido experiências decepcionantes com um conjunto de atividades voltam-se para outro conjunto". Entre as alternativas de "afastamento" colocadas, acreditamos que seja possível uma outra opção, feita pela grande maioria das operárias - o caminho da submissão. O exemplo escolhido como caso-síntese - a trajetória de Nelci, apresenta a possibilidade de confrontar, dentro de uma mesma fábrica, frente a uma mesma situação, duas mulheres,

irmãs, com a mesma origem. Na discussão de um desconto de faltas para contagem de dias de férias, ante à arbitrariedade das chefias, mostram reações diferentes: a revolta de Nelci que leva o caso à Justiça do Trabalho e medo da irmã mais velha que lhe pede para tirar o processo, definindo perspectivas opostas.

"A minha irmã, que morava aqui em Porto Alegre, me tirou de casa e me trouxe para cá, me arrumou emprego na firma. Enquanto ela estivesse grávida eu ficaria aqui de companhia para ela, ajudava, fazia o serviço de casa, pagava pensão para ela e trabalhava na firma com ela. Foi em 1968, eu tinha 16 anos. (...) No início a gente é boba, a minha irmã tem aquele sistema de que a gente entra na firma e não pode conversar, levantar a cabeça. (...) Quando ela entrou na fábrica se associou ao sindicato quando fizeram uma campanha de sócios, pagava mensalidade, tirou um curso de corte e costura, mas nunca frequentou uma assembléia, nunca se animou a vir aqui saber das coisas, esperava o dissídio, ficou acomodada, esperando as coisas virem por si, sem fazer esforço. (...)

Eu nunca me sentia bem dentro da firma, nunca estava a favor da exploração, não gostava mesmo do serviço, mas eu fazia tudo direito, mas eu sempre achava que não estava certo, porque eu sempre quis estudar, então eu vi que não era o meu lugar... Eu não gostava de trabalhar na confecção e também eu tinha a mania de discutir as coisas, falar. (...) Lá na firma tinha sempre quem dissesse: Ah, vão te botar na rua, isso e aquilo... Mas eu não tinha medo disso. Me sentia segura porque eu queria sair desta vida, não gostava de trabalhar nesta firma e se eles me botassem na rua para mim tanto fazia. Eu recebia e ia para a minha cidade. Lá eu arrumava outro serviço."

A questão que surge a partir deste exemplo é justamente a procura das condições sociais de vida de cada um que podem ajudar a explicar a escolha por trilhas opostas, levantando alguns fatores através da comparação destas duas experiências. No ambiente familiar a situação das duas já foi diferenciada, com privilégios para a irmã mais velha que exercia práticas autoritárias em relação aos irmãos menores. No primeiro trabalho de ambas também existiam distinções hierárquicas pois Nelci trabalhou na roça e foi ajudante de cozinha e a sua irmã trabalhava em loja, atividade mais considerada socialmente.

Nelci demonstra uma determinada percepção do universo fabril que acaba levando-a ao sindicato da categoria. A fábrica é um ambiente opressivo e o sindicato aparece como uma alternativa para não fazer o trabalho doméstico e onde se aprende alguma coisa, nos cursos, nas assembléias e palestras. Sua irmã, mesmo sócia, não participava do sindicato e na empresa aceita as imposições, sendo "boazinha" com a chefe, ou "pelega" como Nelci a considera. Tem medo das atitudes "rebeldes" da irmã, pois teme ser atingida por represálias, ser perseguida.

A formação destas mulheres foi definida diferentemente tanto na família como no trabalho, e suas visões ao enfrentarem situações críticas também são diversas. É preciso considerar, além disto, outro componente fundamental de suas definições que é a posição de cada uma enquanto mulher.

Nelci, nesta época, é jovem, solteira, sem filhos, sem uma casa sua, sem se importar em perder o emprego, pois "pode arrumar outro em qualquer lugar". Não tem

compromissos familiares que a sujeitem ao papel determinado de mãe e esposa. É essa disponibilidade de si própria que lhe permite uma maior participação através da frequência ao sindicato. Já sua irmã é mais velha, casada, grávida, com filhos pequenos, marido exigente, com responsabilidade de gerir a casa e ainda trabalhar na fábrica. Considera o emprego bom, por ser perto da residência e porque pode faltar sem ser descontada quando tem problemas com os filhos, além do salário ser necessário para o sustento familiar. Na sua situação, sua mobilidade é pequena e a necessidade do emprego é grande. Assim, as condições de mãe e esposa se articulam, definindo seu comportamento.

Neste caso é possível lembrar Mancur Olson (1965) que mostra, em suas proposições, como os indivíduos tem, na realidade, uma visão exata dos custos e vantagens implicados na sua eventual participação em uma ação coletiva e serão capazes de analisar os benefícios eventuais que recolherão desta ou daquela linha de conduta em função do comportamento dos outros.

Para a irmã de Nelci, exemplo típico de "carona" das conquistas sindicais, não é interessante, ou melhor, nem mesmo possível participar das campanhas do sindicato, não por falta de "consciência de classe", mas sim a partir de suas condições sociais de vida. Como a metalúrgica Maria Mendes da Silva (1981:88) comenta:

"Muitas ficam revoltadas, mas quem tem coragem de fazer alguma coisa e depois perder o emprego? O medo parece que é maior quanto mais a gente precisa deste emprego, isto é verdade".

É frequente nas discussões, tanto acadêmicas como sindicais, a referência ao medo que caracterizaria o comportamento político da maioria das operárias. O medo, entretanto, não é uma explicação por si só. Ele existe a partir de razões concretas, objetivas que se objetivam nas relações sociais familiares e de trabalho. Os mecanismos de imposição do comportamento submisso são reais, efetivos e muito fortes e, na luta pela sobrevivência, frente à decisão de participar e enfrentar os oponentes mais próximos - chefe e patrão - pode predominar o procedimento do "afastamento" pela subordinação, conforme as circunstâncias sociais em que cada um se encontra. Mas assim como se pode perder participando, ou até mesmo ganhar ficando quieta esperando o resultado da mobilização das colegas, quem participa deve ter um retorno de satisfação, pelo menos durante um certo tempo, que sustente a participação.

A luta como prazer

Hirschman (1983:89), em sua análise, levanta a idéia de que "a satisfação buscada pelos consumidores decepcionados ao voltarem suas atenções para a ação pública não provem apenas dos resultados que se espera destas ações." Para ele, a ação voltada para o público faz parte de "um grupo de atividades humanas que consiste na busca da comunidade, beleza, sabedoria e salvação" (Hirschman, 1983:93), que carregam em si sua própria recompensa. Assim, vai muito além das limitações da visão "econômica" sobre a participação. Mostra que a falta de distinção entre luta e conquista leva a não se distinguir também entre os custos e os benefícios da ação de interesse

público. Ou seja, em algum momento, "o benefício de uma ação coletiva para um indivíduo não é a diferença entre o resultado proposto e o esforço dedicado por ele ou ela, mas a soma dessas duas "importâncias"! (Hirschman, 1983:94) Com esta exposição o autor pretende mostrar que o "carona" não engana só a comunidade, mas principalmente a si próprio, pois, de uma certa forma, simplificada, perde o melhor da festa. Nas atividades de interesse público, como em algumas outras, "o segmento do prazer penetra o segmento dos custos e o permeia com sua própria experiência". (Hirschman, 1983:95)

A partir desta perspectiva argumenta no sentido de por que atividades que seriam vistas como custos, em outro contexto seriam benefícios. Em atividades não rotineiras pode acontecer que o esforço passe a ser "luta", transmitindo uma sensação de prazer.

Esta fusão entre luta e prazer, característica da ação pública inovadora, pode ser explicada por dois pontos:

a) "a ação na esfera pública é, em muitos casos, resultado de uma mudança cognitiva radical, semelhante a uma revelação" (Hirschman, 1983:97). Daria prazer a descoberta da possibilidade de agir junto com outros em prol da mudança social;

b) o trabalho e as atividades na esfera pública levam a mudanças pessoais, de crescimento e transformação, que se constitui em experiência prazerosa.

Hirschman (1983:98) conclui, portanto, que "aos esforços do indivíduo em prol da felicidade pública associa-se uma considerável sensação de realização". Os esforços realizados saciariam a "fome", a "sede", o "desejo" de justiça, proporcionando um prazer ativo, às vezes maior do que a própria meta conquistada. Isto rejeitaria o "carona" que teria realmente perdido o melhor.

A introdução da idéia de prazer na luta é muito fecunda para explicar a participação e também a futura e conseqüente não participação, como segue Hirschman em seu trabalho. Entretanto, não parece suficiente para afastar o "carona", que permanece existindo mesmo em momentos de picos de participação. Participar certamente é um prazer em determinadas situações para muitos, mas não para todos. As colocações de Olson (1965), embora criticadas por Hirschman, são possíveis de considerar, pois, permitem o levantamento dos prós e contras das circunstâncias existentes.

Evidentemente, quando há toda uma conjuntura favorável à participação, incluindo a opinião geral e até com estímulos que levam à aprovação no interesse em questões públicas, haverá um número maior de participantes, mas mesmo esta situação é vivida diferenciadamente.

Mas, nos casos onde a participação é escolhida, as proposições de Hirschman são bastante adequadas, mostrando que não é só a finalidade de um ganho material que pode mobilizar as pessoas.

Em uma entrevista conjunta com tres dirigentes sindicais foi por elas colocada a questão da sua maior disponibilidade em participar do que a de uma mãe com criança pequena, referindo-se também aos seus custos na participação.

Luci - "Para começar é difícil. Aquilo te tira tempo que tu não pode lavar a tua roupa, tu não pode fazer um serviço para fora. Mas se tu já tem dentro da tua cabeça

aquela vontade que aquilo é tão importante que tu deixa de comer uma coisa melhor, de fazer uma roupa, de até ganhar um dinheiro para fazer uma coisinha, que tu não tá ganhando nada. Que a gente trabalha de amor à camiseta.

Jussara - "Tá gastando dinheiro do bolso".

Entrevistadora - "Vocês acham que tem alguma vantagem?"

Luci - "Nenhuma. Nenhuma vantagem. Tu botas dinheiro do teu bolso. Do teu bolso. Tu estando trabalhando na firma só, tu faz uma roupinha extra, uma bijouteria, uma flor. Aqui não dá tempo para fazer nada. Só tem que fazer aquilo que é daqui e pronto".

Jussara - "Por exemplo, estas reuniões que a gente tem aqui - eu gastei passagem prá cá e prá lá. E ninguém me reembolsa. Tudo despesa do meu bolso. E se a gente não vai, fica uma coisa na consciência: Bah, eu não fui, o que eu vou dizer? Que chato fica!"

As dificuldades, entretanto, não tiram a satisfação que se obtém vindo do sindicato, como mostra a opinião de D. Geny, com mais de 50 anos, sócia desde 1951:

"Eu tenho três netos, mas tenho a mãe em casa. Até vir para cá me distraía mais. Eu me deito muito tarde, deito às duas para levantar às cinco. Chego em casa e vou trabalhar ainda, e mesmo assim dá para conciliar. Eu gosto de vir aqui".

Luci, que disse que não tinha nenhuma vantagem em vir ao sindicato, entrevistada em um programa radiofônico sobre sua experiência sindical, fala que:

"Como eu moro perto do sindicato, eu vou lá todos os dias, já é a minha cachaça..."

Procurando ver o sindicato a partir da vivência das sindicalistas, das que superaram muitas circunstâncias sociais da condição da mulher, é possível entender o envolvimento no mundo sindical tido sempre como masculino.

O acompanhamento desta vivência na pesquisa no STIVPA mostrou que a participação sindical para as mulheres podia significar momentos de desabafo dos abusos, de denúncia das irregularidades, de troca de experiências de lutas, de relacionamento afetivo e solidário.

A participação sindical é vista, não só no seu sentido político restrito, mas como uma forma de ampliar as perspectivas de vida da mulher fora dos muros das fábricas e das paredes das casas.

Maria Mendes da Silva (1981:100) relata seu isolamento como mãe solteira, encerrada na limitação e estreiteza do seu mundo doméstico, até a modificação provocada pela vida sindical:

"Só depois que eu entrei para a Revescar e fui participar dos movimentos do sindicato, foi que eu senti que eu podia fazer algumas coisas importantes, eu fui descobrindo aos poucos. Até hoje fico pensando como foi que eu vivi aqueles três anos, parece que eu não existia, foi um tempo ruim. Aos poucos fiz novas amizades, conheci os companheiros da diretoria do sindicato, comecei a trabalhar com eles. E a vida melhorou muito."

Assim também era para Nelci, que procurava no sindicato uma via de esclarecimento e uma via de expressão. A integração ao trabalho sindical não é um peso e sim um ganho, entendido positivamente como integração na vida social em oposição ao fechamento no mundo doméstico. No sindicato é possível estabelecer novas relações em experiências compartilhadas em reuniões, assembléias, até mesmo no balcão da secretaria, bem como viagens, congressos, entrevistas.

As principais atividades sindicais como greves, paralisações, assembléias, encontros ou mesmo o trabalho dentro das empresas é valorizado como um crescimento da pessoa, além da luta maior. Os depoimentos de operárias grevistas e até mesmo de esposas de grevistas, no ABC paulista, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em várias categorias, mostram a percepção da greve como escola, onde a aprendizagem se dá de forma concreta na prática coletiva.

"E sabe, acho que esta é a primeira coisa realmente importante que eu faço na vida." I., metalúrgica do ABC.

"Aqui (no sindicato) eu me esclareço sobre a situação dos trabalhadores e de certa forma colaboro. Antes eu ficava em casa vendo novela e não aprendia nada, agora sei que estou sendo útil." A., dona de casa do ABC. (Nabarrete, 1979:4)

A prática exercida pelas mulheres nos movimentos sociais, analisada por Teresa Caldeira (1987), mostra esta mesma concepção através da recuperação do sentido que recobre a experiência vivida por elas no cotidiano destes movimentos. São mulheres caracterizadas diversamente das que participam do sindicato, pois, muitas são casadas e donas-de-casa com filhos, poucas trabalham fora e muitas vezes não pertencem a nenhuma instituição, envolvidas em diversas outras formas participativas. Entretanto, em seus depoimentos sobre sua vida e sua participação, as respostas sobre por que participavam apresentam grande semelhança.

Há a senhora dona de casa com seis filhos que andava doente, desanimada e só, melhorando quando começou a trabalhar na Comunidade Eclesial de Base fazendo amizades. Para outra também fazia bem sair de casa para conviver com as pessoas nas lutas, onde se aprende até a falar melhor. Outras se referem às neuroses de ficar só fazendo o serviço de casa e de que, como não estudaram, aprendem e até se divertem nas atividades coletivas.

Ou seja, novamente a participação aparece como uma possibilidade de saída, abertura, esclarecimento, de busca de uma maneira de se sentir melhor. Estas respostas poderiam ser vistas também como uma reação às decepções, como estímulos internos

à participação, não explicáveis pelas relações de classe ou situações de miséria, e que, inclusive, pode assumir outras formas.

Em trabalhos onde há uma preocupação em qualificar a presença feminina nos movimentos sociais (que são poucos, como é sabido) também aparecem muitas semelhanças quanto a essa percepção que as mulheres participantes têm de suas experiências como um enriquecimento apesar das dificuldades encontradas. Filgueiras (1984), estudando as mulheres na organização dos moradores de um bairro, alerta para que a análise do bairro, da família dos trabalhadores, não seja feita só do ponto de vista da funcionalidade para o capital, mas que seja considerada como realização de um projeto de vida nas cidades, como Durham (1980:205) havia colocado. Dai seu interesse não só nos resultados que os movimentos sociais produzem, mas principalmente, na qualificação das “relações sociais que tais práticas estão tecendo em seu cotidiano e seu significado para os agentes sociais que as vivenciam nas cidades” (Filgueiras, 1984:14).

O conhecimento do projeto de cada um, das expectativas existentes, das práticas desenvolvidas, e a satisfação ou decepção geradas, como nos mostrou Hirschman, é fundamental para análise da participação na vida pública, das mulheres em especial, justamente pelo plano em que são colocadas na maioria dos estudos.

Conclusão

Para Touraine (1984), a vida social aparece como uma rede de relações sociais entre atores orientados ao menos tanto por seus projetos e estratégias próprias que por sua definição em termos de papéis e *status*, e o objetivo da sociologia é justamente explicar as condutas dos atores nas relações sociais em que se encontram. Critica a tentativa de explicar as condutas por níveis salariais, tipos de habitação, etc. e mostra que é preciso primeiro transformar estas “situações” em relações sociais e depois em níveis de participação.

É neste sentido apontado por Touraine, e também por alguns outros autores, que se deve procurar estudar a presença das mulheres na política, seja nos movimentos sociais, nos sindicatos ou até mesmo nos partidos

Blay (1982:10), ao estudar a conquista da cidadania pela mulher no Brasil, no período de 1964 a 82, coloca que os diversos movimentos com participação feminina, inclusive sindical, constituem-se em um conjunto que levou à apropriação do espaço público e à reformulação deste mesmo espaço. Ao lado das transformações individuais, pessoais, a nível do privado, se chega gradativamente a transformações a nível público.

Como conclui Caldeira (1987:119): “*se politiza lo privado, se reconoce una experiencia hasta entonces silenciada y, por esta via, se abre la posibilidad de cambio*”.

A política então adquire outras dimensões, mais amplas, abrangendo novas práticas, significativas em outros níveis além do tradicional. Entende-se que a participação das mulheres não atinge diretamente o Estado, não mobiliza grandes massas, não leva à luta revolucionária. Mas se constitui em uma reação àqueles poderes situados ao nível do próprio corpo social, que penetram na vida cotidiana, atingindo a realidade concreta dos indivíduos, nas fábricas, nas escolas, nas prisões, como Foucault demonstra (Machado, 1981:XIV). Estas “formas moleculares de poder” podem ser combatidas em lutas localizadas em torno de “um foco particular de poder”. As mulheres, entre outros, “iniciaram uma luta específica contra a forma particular de

poder, de coerção, de controle que se exerce sobre elas” (Foucault, 1981:77) e que tem um significado político de contestação ao estabelecido no nível dos micropoderes envolventes.

O movimento de mulheres é dos mais expressivos no sentido de tratar dos problemas que são excluídos da vida pública e que são considerados como privados, como mostra Touraine (1984:322) que também o coloca como o mais afastado do modelo revolucionário. Ao lado de outros movimentos que têm por objetivo a defesa do indivíduo, das relações interpessoais, dos pequenos grupos, das minorias, as mulheres buscam transformar, como podem, a sua situação de inferioridade, sair para o público, em um processo de mudança, revelando, desta forma, a sua face oculta de ator político.

As práticas onde se expressam as reações à opressão são diversas, como vimos, mas existem pontos comuns, que, ao serem encontrados, permitem uma visão mais uniforme da multiplicidade das atividades na política das mulheres dos mais diversos setores sociais. As mulheres brasileiras, na última década especialmente, das mais diversas formas, ligadas ou não a instituições políticas, através de seus movimentos e ações, tem se afirmado como atores, sujeitos sociais, que insistem em ser reconhecidos, não só na vida pública, mas principalmente na vida diária.

Esta situação não é exclusivamente brasileira. Pelo contrário, a presença feminina nos processos de mudança sóciopolítica em países como Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Bolívia, Nicarágua, e outros mais, tem se evidenciado de forma significativa merecendo estudos e reflexões mais detidas. Ser mulher na América Latina hoje envolve a luta pelo reconhecimento da sua posição como sujeito social presente no contexto latinoamericano, exigindo uma atenção especial dos analistas da sociedade que destaque a diferenciação por gênero.

BIBLIOGRAFIA

- BAQUERO, Marcello. "Participação política na América Latina: problemas de conceituação". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.53:7-34, 1981.
- BLAY, Eva. *Do espaço privado ao público: a conquista da cidadania pela mulher no Brasil*. VI Encontro Anual da ANPOCS, Nova Friburgo, 1982 (mimeo)
- BRITO, Maria Noemi. *Sindicato no Feminino: uma luta de formiga*. Dissertação de Mestrado Antropologia Social, UNICAMP, 1985, 192 p. (mimeo)
- CALDEIRA, Teresa. "Mujeres, cotidianidad y política". In Jelin, E. (org.): *Ciudadania y identidad: las mujeres en los movimientos sociales latino-americanos*. UNRISD, Ginebra, 1987, p.75 a 128.
- CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais: balanço crítico. In Sorj e Almeida (org.): *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, 1983.
- DURHAM, Eunice. "Família operária: consciência e ideologia". *Dados*, Rio de Janeiro, 23(2):201-213, 1980.
- DOWNS, A. *An economic theory of democracy*. New York, Harper and Row, 1957.
- EVERS, Tilman et alli. Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: Moisés et alli - *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 110-164.
- FILGUEIRAS, Cristina. *O cotidiano das lutas urbanas: participação das mulheres na organização dos moradores do bairro Água Branca*. VIII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1984, 14 p.(mimeo)
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1981, 296 p.
- GEERTZ, Clifford - *A interpretação das culturas*. cap.1, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p.13-41.
- HIRSCHMAN, Albert. *De consumidor a cidadão. Atividade privada e participação na vida pública*. São Paulo, Brasiliense, 1983, 145 p.
- KERGOAT, Danielle. *Les pratiques reivindicatives ouvrières*. Paris, CNRS, 1978 (mimeo).
- LOBO, Elisabeth e HIGGS, Elisabeth. *As operárias, o sindicato e o discurso sociológico*. VII Encontro Anual ANPOCS, Águas de São Pedro, 1983 (mimeo).

- MACHADO, Roberto. "Por uma genealogia do poder". In: Foucault, M., *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1981, p. XI-XXV.
- NABARRETE, Sonia. "As companheiras". *Folha de São Paulo*. Folhetim n.14, 25.03.79, p.3-5, São Paulo.
- OLSON, Mancur. *The logic of collective action*. Cambridge, Harvard University Press., 1965.
- PRZEWORSKI, Adam. *The challenge of methodological individualism to marxist analysis*. Chicago, 1985, 12 p.(mimeo)
- SINGER, Paul e BRANDT, Vinicius Caldeira (org.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1982, 230 p.
- SILVA, Maria Mendes da. "A tal rainha do lar". In: Moraes, e Silva, *Vida de mulher*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1981, p. 69-115.
- TOURAINE, Alain. *Le retour de l'acteur*. Paris, Fayard, 1984, 350p.

Discurso lésbico e construções de gênero *

Luis Octávio Rodrigues Aquino
Mestre em Antropologia Social pela UFRGS

Este trabalho parte do pressuposto de que a homossexualidade é um leque de possibilidades variadas sobre o tema das relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo e procura dar conta da multiplicidade de estilos de vida e de escolhas do lesbianismo. Uma das formas de expressão dessa multiplicidade é, justamente, uma vasta gama de classificações, definições, nomeações e hierarquizações produzidas interna ou externamente ao lesbianismo que são aqui examinadas, permitindo mostrar as diferenças identificadas socialmente no grupo estudado.

Supposing that, in contemporary Brazil, homosexuality includes a wide span of varied possibilities on the theme of sexual and affective relationships between people of the same sex, this article proposes to explore the multiple lifestyles and options involved in lesbianism. One form of expression is the wide array of classifications, definitions, nominations and hierarchizations produced within lesbianism and outside it. The study of these categories reveals socially identifiable differences within the group in question.

I. Este texto condensa um dos capítulos de minha dissertação de mestrado *As derivas do desejo: processos de construção, manutenção e manipulação de identidades lésbicas em um conjunto de mulheres de Porto Alegre - RS*. A pesquisa de campo foi realizada entre julho e dezembro de 1987 e julho de 1988 a fevereiro de 1989 (observação em bares e boates e entrevistas preliminares) e de junho a dezembro de 1991 (entrevistas com o conjunto selecionado). O conjunto de informantes,

* Este trabalho é uma versão modificada da comunicação apresentada XVIII Reunião da ABA em Belo Horizonte, Minas Gerais, 1992, no GT Experiências e Memória - Os usos do conceito de gênero.